

ETNICIDADE E NACIONALISMO: UMA PROPOSTA DE QUADRO TEÓRICO

Ivo Carneiro de Sousa*

Resumo: Este artigo procura discutir o conceito de etnicidade que se apresenta não como uma essencialidade «natural» ou, mesmo, «cultural», mas como uma estratégia social importante na afirmação de grupos e comunidades. Sempre que a etnicidade se convoca enquanto acção e movimentos políticos, as suas conexões com a construção de nações e com o crescimento de nacionalismos mostra-se evidente. É esta relação que se discute e polemiza.

1. O termo etnicidade tornou-se progressivamente crucial, senão mesmo dominante, no campo das ciências sociais que, a partir da década de 1960, se dedicaram aos estudos extraeuropeus em comunicação com a descolonização da África e da Ásia e o surgimento de numerosos novos estados-nações independentes¹. Movimentos, programas, discursos, argumentos anti-coloniais e anti-racistas contribuíram para a especialização de um novo vocabulário em que o termo etnicidade começa a ser demoradamente frequentado por sociólogos e antropólogos, tanto como por líderes políticos e responsáveis dos novos estados, para designar, genericamente, «o sentimento colectivo de pertencer a um grupo cultural próprio» que, apesar da diversidade de factores constituintes, do somático ao simbólico, tende hoje, cada vez mais, a visitar-se com um sentido social e cultural positivo ancorado à exorinação crescente da diversidade e alteridade culturais.

Enquanto a noção de «raça» se converteu paulatinamente numa

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, Faculdade de Letras

¹ Seguimos e resumimos nos três primeiros pontos deste trabalho GUIBERNAU, Monteserrat e REX, John, *The Ethnicity Reader. Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, 1997.

categoria quase proibida na linguagem científica e, conseqüentemente, também no discurso político e, a partir dele, na própria linguagem social quotidiana, o conceito de etnicidade está verdadeiramente na moda, assistindo-se mesmo à sua progressiva mediatização e utilização em auditórios extensos para configurar e sumariar os mais diversos temários sociais, do problema das chamadas minorias à discussão da criminalidade. Convoca-se frequentemente o termo «eticidade» sugerindo tratar-se de uma categoria evidente – como ocorria, no passado, com a noção de «raça» - praticamente natural, normal e coextensiva com a conflitualidade emergente nos grupos sociais «eticamente» minoritários ou subalternos. Um exame mais detalhado mostra rapidamente o oposto, contrariando qualquer evidência, naturalidade ou normalidade no funcionamento da etnicidade, dissolvendo qualquer explicação em que se procure reconduzir a noção para o campo das categorias essencialistas vinculadas à natureza humana *sub specie aeternam*...

2. Mais recentemente, o colapso e fragmentação dos países e espaços do chamado «socialismo real» e o desenvolvimento dos conflitos violentos em África sobrelevaram aspectos fundamentalmente negativos da etnicidade em torno da ideia de «limpeza étnica» que, dramaticamente, a partir de exemplos que se estendem da antiga Jugoslávia à antiga URSS, passando violentamente pelo Ruanda ou, ainda mais recentemente, pelos territórios congolezes, fizeram também com que a etnicidade invadisse e totalizasse de forma brutal o campo da disputa e combate políticos. Alterando e matizando claramente esse sentido positivo de pertença a uma etnicidade partilhada que solidifica solidariedades grupais, os últimos afrontamentos apresentados e discutidos também debaixo do tema da etnicidade, da África Central ao Kosovo, parecem destacar formas de especializar uma etnicidade que se afirma também, afinal, através da total hostilidade e genocídio em relação a outros grupos que, apesar de partilharem muitas vezes factores culturais identitários semelhantes, da língua ao território, se procuram precisamente distinguir com violenta adversidade pela alteridade étnica.

3. Uma última razão para a multiplicação da utilização do termo etnicidade prende-se com o continuado afluxo de emigrantes, principalmente africanos que, oriundos de sociedades pós-coloniais em desenvolvimento, debandam a Europa Ocidental que parece encarar

exageradamente este movimento como um problema interno, muitas vezes quase nacional, triplamente político, cultural e identitário, que não se pode desligar do crescimento de movimentos «nacionalistas» com programas e discursos xenófobos, assentando na dramatização do nacional contra a presença da emigração estrangeira, tantas vezes fundamental nos processos de desenvolvimento económico das indústrias pesadas e da construção civil europeias.

Em qualquer um destes três eixos o que predomina é a dimensão política no consumo da noção de etnicidade e, muitas vezes, a sua manipulação pelos mais diversos preconceitos políticos, ideológicos, culturais e, até, morais, sobejando em etnocentrismo o que escasseia em investigação e debate científicos sérios sobre uma noção que, dificilmente, se pode reduzir a definições fáceis e rápidas, exteriores à investigação de processos, espaços e culturas em que se insere. Deste modo, um dos principais objectivos da investigação e convocação actual da noção de etnicidade pelas ciências sociais deverá ser contribuir para alterar os termos e os modos que dominam a frequência de noções complexas que, como esta de etnicidade ou de termos aparentemente mais simples a ela ligados, como poderes, identidades ou nacionalismos, concorrendo para fazer com que estes conceitos se estudem e investiguem profundamente, primeiro, pelas ciências sociais para, depois, chegarem mais qualificada e rigorosamente às administrações, planeamentos, partidos e governos.

4. As ciências sociais actuais que se preocupam em discutir noções como esta de etnicidade, ganham muito pouco se pedirem ajuda à tradição sociológica e ao pensamento social clássicos. O marxismo que praticamente não produziu estudos e debates em torno do tema, encarava a etnicidade como uma forma de falsa consciência social que era submergida por essa dialéctica antitética da consciência de interesses opostos que se vazava na luta de classes com a sua produção de sistemas ideológicos contrários. Ao mesmo tempo, as tradições que nascem com Tönnies (1887) e Durkheim (1933) interessam-se mais pelo contraste entre sociedades tradicionais e modernas, entendendo aquelas debaixo das noções de «Gesellschaft» e «solidariedade orgânica», subsumindo a etnicidade no campo das práticas sociais, sem qualquer especificidade, o que acontece mesmo nas inteligentes investigações maussianas em que as sociedades e culturas melanésias tradicionais se perspectivam quase exclusivamente através dos sistemas de alianças matrimoniais, do *potlatch*, sem qual-

quer referência às suas especializações linguísticas, culturais, religiosas, simbólicas, tantas vezes informando espaços de evidente etnicidade. Em rigor, também no caso das investigações e discussões promovidas por Marcel Mauss, como ocorria nos estudos de Durkheim, a identificação das estruturas do *don* e das prestações sociais fazia-se geralmente no interior dos sistemas gerais de parentesco e de organização linhageira, não se esclarecendo outros círculos sociais mais amplos organizados em torno da etnicidade.²

Na geração dos fundadores das modernas ciências sociais parece apenas encontrar-se um único autor que dedicou alguma atenção crítica ao tema dos grupos étnicos: Max Weber. Dentro das limitações do seu tempo, da especificidade das suas metódicas e teorias, tendo também presente a pressão crescente que, desde finais do século passado, discutia em círculos tanto académicos como políticos a germanidade com um problema de *jus sanguinis*, Weber conceptualizava a noção de etnia em contraste com a de classe, status e partido. Designava especializadamente por grupos étnicos «aqueles agrupamentos humanos que mantinham uma crença subjectiva numa descendência comum de similitudes de tipo físico ou de costumes ou de ambos, ou devido à memória da colonização e emigração».³

Em termos sumários, organizando o pensamento weberiano nesta área, parece possível destacar quatro ideias principais:

a) Max Weber distinguia grupos étnicos de «raças», noção que frequentava apenas em termos biológicos. Esclarece-se mesmo que não era uma especialização biológica por si só que constituía um grupo étnico, os «costumes comuns» eram também factor fundamental. Contudo, não era sequer suficiente acumular, ao mesmo tempo, características físicas e culturais específicas, era necessário também convocar o entendimento subjectivo destes caracteres, duplamente pelos que os partilham e por aqueles que reagem contra eles.

b) Weber não acreditava que a partilha de uma etnicidade comum pudesse isoladamente conduzir à formação de um grupo social. A etnicidade apenas facilitava a formação grupal, especialmente no plano político. Com efeito, a análise weberiana esclarecia ser geralmente a comunidade política a sobrelevar a etnicidade e a transformá-la em acção política, social e cultural. Assim, sempre que grupos étnicos se constituem ou configuram politicamente, a crença numa etnicidade comum tende «a persistir mesmo após a desintegração de uma comunidade política, a menos que diferenças drásticas

² MAUSS, Marcel, *oeuvres*. 3. *Cohésion sociale et divisions de la sociologie*. Paris. Les Editions de Minuit, 1969. pp. 29-103

³ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México. Fondo de Cultura Económica, 1983. p. 318

nos costumes, tipo físico ou, acima de tudo, linguagem se imponham aos seus membros»⁴. Deste modo, Weber entendia a acção política como elemento principal da dinâmica da etnicidade.

c) Como consequência, o estudo weberiano destacava também o papel incontornável da história na génese e desenvolvimento de agrupamentos étnicos, sublinhando a importância da memória colectiva de um passado comum, a ligação a um território demarcado e certas tradições e formas de vida próprias, características que obrigavam a estudar os agrupamentos étnicos em ligação com a emergência e construção histórica dos Estados.

d) Por fim, Weber reconhecia que a etnicidade servia funcionalmente para delimitar «círculos sociais» que não eram idênticos aos grupos endógenos vicinais e parentais mais elementares. As características destes grupos parentais primários eram muitas vezes atribuídas, nomeadamente através dos mitos e dos símbolos, a círculos sociais mais amplos que construía uma etnia. A investigação weberiana concluía, por isso, que a simbolização jogava um papel central na presentificação da etnicidade, ajudando a explicar a sua continuidade em grupos de emigrantes ou de populações subjugadas enquanto consciência social, cultural e simbólica específica.

5. Partindo da qualidade das contribuições weberianas e dos desenvolvimentos subsequentes das ciências sociais, em especial da sociologia e da antropologia, podem resumir-se da seguinte forma os critérios de etnicidade geralmente utilizados na sua composição:

a) diferenças somáticas invariáveis (cor da pele, tipo de cabelo, etc.)

b) língua (idioma, dialecto, subdialecto, etc., formando uma categoria

intermédia que se pode alterar numa ou em várias gerações);

c) variáveis multiculturais (verdadeiras ou supostas)

- normas e valores
- religião
- história
- região de procedência
- características económicas, sociais, etc.

O facto de a primeira categoria, somática, ser normalmente apresentada como um dado «natural», pelo menos dentro de uma geração, não quer dizer que não se possa manipular - os negros ricos

⁴ WEBER, Max. *Economía y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1983, p. 319

americanos, por exemplo, fazem-se «socialmente» mais brancos, o cabelo encaracolado pode alisar-se e o contrário também ocorre...-, convocando-se, social e culturalmente, também como estratégia polimórfica de identificação, afirmação e promoção sociais. De qualquer modo, deve reconhecer-se que a segunda e terceira categorias, variáveis idiomáticas e multiculturais, são dinâmicas claramente sociais e culturais, obrigando a etnicidade a investigar-se sempre obrigatoriamente no interior dos espaços sociais e culturais que lhe servem de contexto, o que significa, assim, inserir a etnicidade no interior das modalidades estratégicas de organização e estruturação dos contextos sociais.

Tradicionalmente, porém, consideravam-se factores absolutamente decisivos para definir uma etnicidade as duas primeiras variáveis: somática e linguagem. Partia-se do princípio de que apenas se podia falar de etnicidade se existissem características somáticas («raça») ou uma língua distinta que diferenciasse um «povo» de forma clara e inequívoca. O que conduzia a essas constelações de classificações esquemáticas e redutoras que foram taxonomizando povos e culturas através da sua expressão linguística própria, mesmo quando esta apenas oferecia uma especificidade dialectal sem qualquer envasamento noutras especializações culturais. Ainda que não se possa negar o valor heurístico destas classificações - sendo por isso, normalmente, ensinadas com uma comodidade que se estende da geografia à política -, parece continuar a ser necessário sublinhar e, cientificamente, assumir que não servem como base de investigação científica. É difícil defender qualquer tese próxima da existência de grupos étnicos invariáveis quando existem demasiados exemplos de subgrupos étnicos que desaparecem ou se ocultam por meio da assimilação e da negação, quando as transacções de etnicidade são também evidentes ou quando, por exemplo, se evidenciam com tanta frequência novos grupos étnicos - como os mulatos e os mestiços, por exemplo - que, em numerosas sociedades, como as africanas, apropriaram funcionalidades sociais e culturais importantes, da construção da cidade à tentativa de afirmação de culturas elitárias, das artes às literaturas. Acresce ainda que a invalidação definitiva de qualquer ideia de invariabilidade étnica comparece também como resultado dos processos históricos que fazem com que, na longa duração, conceitos supostamente evidentes como «índio» ou «negro» mudem continuamente de conteúdo e «pureza», evidenciando a distância também conceitual, cultural e simbólica a que nos encon-

tramos de personagens tão interessantes como desconhecidas como a desse missionário dominicano de Seiscentos, Frei Jacinto da Encarnação, que, depois de missionar a Zambézia, descrevia as populações timorenses, dos manbai aos makassae, como «cafres» e «negros» que julgava apresentarem as mesmas estruturas sociais que o padre dominicano havia descrito nos reinos de Sena⁵. Não se esqueça também que não só os membros de um determinado agrupamento étnico, mas também as pessoas estranhas, adaptam, do vocabulário à acção social, o conteúdo e a utilização de categorias étnicas a novas circunstâncias. E, por último, ideia tão simples, mas carregada de consequências sociais complexas, uma coisa é que alguém se defina como membro de um grupo étnico, outra situação muito distinta é que a pessoa em causa se considere como tal, ou seja socialmente reconhecida como tal, situação que reenvia para o tema complexo da identidade ou identificação étnica com as suas ligações ao temário mais amplo das estruturas identitárias sociais e culturais.

6. A etnicidade é sempre uma composição de factores somáticos, sociais e culturais. Em rigor, apenas existe no plural, enquanto modalidade identitária que implica afirmação e reconhecimento. É precisamente a diferença entre a etnicidade reclamada por um grupo populacional e aquela que lhe é atribuída por outros que obriga a falar preferencialmente de etnicidades. Na verdade, aqueles que classificam um agrupamento étnico de fora podem particularizar aspectos físicos ou culturais que não têm qualquer significado e importância na categorização social de si próprios... Da mesma forma, estas particularidades podem ser convocadas e exacerbadas estrategicamente como modalidade de afirmação grupal ou de reivindicação política com implicações tão diversas que se podem estender da simples afirmação ou exigência de reintegração social e consideração nacional, como parece ter ocorrido no processo de transição moçambicano, à exigência de controlos territoriais e comparticipação nos poderes nacionais, como se destaca no processo conflitual de transição de Angola. A dialéctica de reconhecimento e afirmação sociais que envolve a consideração da etnicidade deve ainda ligar-se, imediatamente, ao abuso da utilização da noção de grupo étnico para classificar minorias e grupos sociais ditos «inferiores», enquanto os grupos dominantes não se perspectivam a eles próprios como étnicos, apesar de utilizarem principalmente a diversidade cultural transvertida de etnicidade como fac-

⁵ ENCARNAÇÃO, Frei Jacinto da. *Summaria Relaçom do que obraram os religiosos da Ordem dos Pregadores na Conversão das Almas e pregaçam do Santo Evangelho em todo o Estado da India*. IAN/TT. Ms. Livr. 860. Fls. 1-48

tor de diferenciação social . Uma distinção social, nas fronteiras de uma estranha mistura de neocolonialismo, paternalismo pastoral e marginalização social, que talvez ajude a explicar cargos tão demoradamente estranhos como esse que, em Portugal, exhibe a extensa mas significativa titulação de «Alto-Comissariado Para as Minorias Étnicas»...

Com efeito, seria necessário esclarecer também estas instituições e as suas formas de agir de que, pese embora a etnicidade se poder basear em diferenças demonstráveis historicamente entre grupos e, no geral, também assim experimentadas, e ainda que estas diferenças somáticas e culturais possam estar incrustadas na sociedade de uma ou outra maneira, quer dizer, enquanto afirmação ou reconhecimento, é incorrecto e quase perigoso esquematizar estas diferenças e considerá-las fixas, categorizando grupos e meios sociais a partir fundamentalmente delas.

Continuam, por isso, a ser referenciais as noções desenvolvidas ainda nos anos sessenta sob a direcção de Frederik Barth em *Ethnic Groups and Boundaries* (1969), trabalho em que este autor se opõe à ideia geralmente aceite até então de que a etnicidade se produzia em grupos que viviam afastados ou marginalizados e que não tinham sido contagiados por influências vindas de fora. Os investigadores reunidos em torno de Barth ofereceram uma interpretação completamente diferente, demonstrando que a etnicidade assumia ainda mais importância nas zonas sociais de fronteira, nas quais os interesses de grupo se viam mais ameaçados e em que a coesão social era mais débil. Nestas situações tornava-se particularmente relevante traçar linhas divisórias étnicas enquanto factor de identificação, reunião e mesmo defesa social. Repare-se, assim, que a formulação categórica das identidades étnicas e a mobilização étnica surgiam em situações em que os grupos entravam em contacto uns com os outros, muitas vezes especializando ou usando a etnicidade enquanto a ideologia em que tomam forma as diferenças sociais. Os casos mais recentes dos processos de transição com as suas especializações eleitorais em Moçambique e Angola oferecem exemplos até excessivamente óbvios e, por isso, enganadores, de diferentes modalidades de manipulação da etnicidade enquanto estratégia política, estendendo-se das tentativas de etnicização do voto aos processos mais complexos de determinação das reivindicações políticas e de partilha de poderes centrais e regionais.

7. As ciências sociais que frequentam o conceito de etnicidade discutem actualmente um outro problema, com profundas implicações do teórico ao metodológico, que ressalta do uso da noção de «identidade étnica». Identidade é um conceito ao mesmo tempo sociológico e psicológico. Por um lado, ajuda o indivíduo a produzir ordem na sua vida individual. Por outro lado, concorre para colocar o indivíduo no interior de um grupo que cruza a identificação com uma colectividade. Estes dois aspectos da identidade variam muitas vezes independentemente. Por isso, quando a etnicidade é convocada como modalidade identitária pode ser utilizada quer como modo de acção social quer como representação; refere-se a uma decisão que as pessoas tomam para se destacarem a elas próprias ou as outras simbolicamente como portadores de uma determinada identidade cultural. Esta capacidade de decisão social significa que o carácter aparentemente monolítico ou generalizado da etnicidade a um nível colectivo nem sempre obriga necessariamente à reconstrução da etnicidade a um nível pessoal...

Em termos gerais, a etnicidade funciona no campo das dinâmicas sociais. Enquanto produto, processo e acção social. Precisa, assim, de uma comunicação social, de um apoio da comunidade, quer dizer, de um meio e espaço sociais específicos. Uma base que pode apenas existir de forma latente, enquanto noutros casos pode activar-se e converter-se numa força, numa formação ou num movimento social que persegue objectivos também sociais. Quando é que a etnicidade se transforma em acção social? Em que momentos a etnicidade pode mesmo constituir a «essência» da acção social ou uma espécie de polarização da acção social e política?

8. À volta dos finais do século XVIII princípios do século XIX, iniciou-se no mundo europeu um processo continuado que foi substituindo as antigas lealdades e submissões patrimoniais, dominiais, sociais e simbólicas ao senhor e ao monarca pela fidelidade a uma Nação. Para além de construção política e de edifício ideológico, a Nação tornou-se também um objecto emocional, vazado no campo das mentalidades sociais, e o nacionalismo emergiu como ideologia centrada precisamente em torno do sentimento de pertença a uma comunidade particular e o desejo sequente de a ver florescer e desenvolver. O Estado-nação foi criado como uma instituição política com uma base territorial que utilizava a doutrina do nacionalismo no seu momento fundacional para gerar uma cultura comum e um sentido de

solidariedade entre os seus membros. Muitas destas nações tinham, de facto, da história à territorialidade, características multinacionais que se configuravam através de uniões dinásticas, conquistas, anexações, impérios. Saído de uma única nação, de um espaço multinacional ou de uma entidade imperial, o Estado-nação passou activamente a promover a homogeneização cultural das suas populações, chegando mesmo a apelar para uma nova etnicidade comum que, reduzindo geralmente os factores de diversidade cultural, se procurava construir de maneira simbólica.

Em meados do século XIX, o crescimento dos movimentos românticos europeus promoveu também activamente a redução destes factores de diversidade cultural, tratou de estreitar univocamente as etnicidades, perseguindo mesmo uma ideia quase unívoca de homogeneização nacional: a diversidade cultural expressava-se através da diversidade linguística, a única que devia ser preservada e, conseqüentemente, também a única que deveria passar a ser frequentada para classificar, taxonomizar e organizar povos e culturas... Quase contemporaneamente, o optimismo positivista oitocentista defendia que a formação dos Estados-nação representava o ponto final da modernização social e económica. A evolução histórica das sociedades conduziria automaticamente à formação de Estados-Nação, pelo que os grupos social, cultural ou etnicamente isolados - como as comunidades ditas tradicionais - acabariam lentamente por ser absorvidas pelo Estado. Através deste movimento de construção do Estado-nação com as suas vinculações estreitas aos ideários de progresso industrial, a importância das identidades de grupo acabaria inevitavelmente por diminuir e seria substituída por uma identidade nacional, fazendo-se, assim, com que, ao longo deste processo, diminuísse também a importância da etnicidade em benefício da identificação com o Estado-nação, forjando o que se passou a agitar como a identidade nacional.

Actualmente, pouco resta deste optimismo oitocentista. O surgimento de regionalismos e de separatismos nacionais que, muitas vezes, se reivindicam de uma composição fundamentalmente étnica em espaços que, dos Balcãs à Indonésia até há poucos anos atrás, estavam submetidos a Estados aparentemente estáveis e fortemente centralizados, ditatoriais e totalitários, não apenas dissolveu completamente o que restava ainda dos optimismos positivistas, como obriga também a revisitar os lugares e noções mais firmados da reflexão teórica acerca das relações entre nação e etnicidade.

Sinal marcante, quase cronologicamente genético, destas mudanças na investigação e estudo sobre a ideia de Nação descobrem-se ainda em 1983 no notável trabalho de Benedict Anderson, *Imagined Communities*⁶. O livro deu início a um caudal de publicações em que se interpretava o surgimento dos estados-nação como um resultado relativamente recente de sucessos históricos específicos de confrontação de interesses sociais diversos. O que implicava, entre outras consequências, considerar a Nação (como modelo) e o nacionalismo (como doutrina política por detrás da formação de nações) como «opções» estratégicas que, longe de serem unívocas ou inevitáveis, se foram ajustando a diferentes processos históricos e sociais. Quer dizer, também a Nação não representa, afinal, uma categoria natural ou essencial de organizar populações e territórios.

Existem, de qualquer forma, comunicações estreitas entre os processos de formação de nações ou os processos de especialização de sistemas de estados (state-system) e as etnicidades⁷. A construção da ideia de nação convoca sempre a edificação também de uma ideia de identidade nacional que tende muitas vezes a erguer-se a partir da configuração política e ideológica do simbolismo cultural e étnico existente e do significado nacional que se lhe atribui. Apesar da incorporação de elementos característicos de grupos étnicos diferentes ter conduzido frequentemente à sua transformação e ao seu desaparecimento final, os novos estados-nação centralizados incorporaram geralmente elementos desse simbolismo étnico e cultural existente no seu «novo» nacionalismo, apoiando-se geralmente naquilo que se representa como a cultura ou etnicidade dominante e que especializa também um sistema de valores dominantes que, do folclore à gastronomia, se procura cunhar em termos nacionais. Paralelamente, esta verdadeira ofensiva também cultural e simbólica da construção do Estado pode concorrer para desenvolver a consciência das minorias étnicas acerca da sua própria identidade que podem já tentar servir-se do novo aparato estatal para defender os seus próprios interesses étnicos, já também, noutros casos, encontrar na afirmação dessa sua etnicidade invocada pelo Estado uma fonte de resistência. Por isso, muitas vezes, as elites dominantes procuram convencer os grupos étnicos colocados nos escalões inferiores da sociedade que também eles formam parte da Nação e devem contribuir activamente para a sua construção, subsumindo definitivamente a sua alteridade étnica e cultural na identidade nacional, especializando, assim, uma forma

⁶ ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. New York - London, Verso, 1996

⁷ Seguimos e discutimos o trabalho referencial de SMITH, Anthony D., *The Ethnic of Nations*, Oxford-Cambridge, Blackwell Publishers, 1983

clara de dominação social.

A Nação é também um conjunto de lugares da memória, mais do que história, que procura firmar uma origem com ampla funcionalidade na coesão social e na invenção da identidade nacional⁸. É também porque a Nação persiste continuamente em «pregar» a continuidade com o passado e uma descendência comum que a etnicidade é muitas vezes convocada e agitada pelo nacionalismo e ancorada aos processos incontornáveis de uma espécie de história imóvel nos domínios da identidade cultural. Esta crença na uniformidade das origens ancestrais comuns de uma comunidade que se considera a ela própria como um grupo natural não é, no entanto, comum a todos os nacionalismos, pelo que parece pertinente distinguir entre um nacionalismo cívico e um nacionalismo étnico, o primeiro assentando e exagerando a cidadania enquanto factor primordial de identidade social nacional, enquanto o nacionalismo étnico seria quase herdado, uma espécie de característica genética que se foi colando com algum sucesso político aos processos actuais de «limpeza», territorialização ou divisão de poderes que se pretendem baseados na etnicidade. Por isso, o apelo para uma etnicidade comum, praticamente genética e natural, logo inevitável em termos de identidade cultural também comum, é geralmente utilizado pelos líderes e movimentos políticos como factor de coesão e mobilização sociais. Deste modo, as relações entre etnicidade e nacionalismo podem permanecer apenas latentes durante anos e subitamente reemergir com inesperado vigor, como se assiste hoje dramaticamente do Ruanda à antiga Jugoslávia. Etnicidade e nacionalismo passam rapidamente a ser referenciais fundamentais em períodos de vazio ideológico. Depois, por exemplo, do colapso do comunismo, o nacionalismo tornou-se uma alternativa dominante num conjunto de países sem tradições democráticas e de competição política e ideológica. O Nacionalismo demonstra mesmo uma grande capacidade para congregar populações e povos de diferentes condições sociais e níveis culturais, muitas vezes unificando até populações de etnicidades claramente diversificadas. Será que em vez de ser uma modalidade intermitente de construir nações, o nacionalismo é mesmo a sua condição endémica? Para responder a uma interrogação deste tipo, era naturalmente preciso perguntar que elementos ocupam um lugar central no processo de formação de Nações e que relação tem, afinal, a etnicidade com esse processo formativo?

⁸ Mantem-se ainda válida, nos domínios da história e antropologia culturais, a definição de *Nação* adiantada por ANDERSON, *ob.cit.*, p.5: "In an anthropologic spirit, then, I propose the following definition of the nation: it is an imagined political community - and imagined as both inherently and sovereign".

A formação de nações supõe geralmente a convocação e combinação de vários factores, importando assinalar, pelo menos, três elementos constituintes que se mostram incontornáveis: a) a formação de Estados; b) a consolidação de uma comunidade de interesses de cidadãos, vazada em estruturas jurídico-territoriais; c) a formação da unidade nacional em sentido subjectivo em torno da noção de identidade nacional⁹. Se os dois primeiros elementos estruturam investimentos sociais, políticos e institucionais que se afiguram praticamente comuns à maioria dos processos que se têm vindo a estudar de construção de nações, já o último vector parece funcionar em termos compósitos que decorrem da dialéctica entre factores externos e internos à afirmação nacional. Os países com grande diversidade etnocultural tentaram geralmente adaptar uma ou ambas das formas possíveis de formação da identidade nacional, que podemos designar por orientação interna e externa, respectivamente. A solução nacional interna tentou fazer da necessidade uma «virtude» criando precisamente uma cultura nacional com um enfoque explícito na heterogeneidade étnica. A segunda estratégia consiste, apesar da heterogeneidade étnica, em dirigir a atenção para um inimigo étnico estrangeiro, real ou aparente. Em qualquer dos casos, quer configurando a diversidade étnica numa identidade nacional geral, quer promovendo a etnicização dessa mesma identidade nacional, pode afirmar-se que os estados modernos consideram geralmente a qualificação das diferenças étnicas dentro das suas fronteiras como uma questão muito complexa, difícil, quase sempre entendida mesmo como perigosa. Quando podem, tratam de neutralizar, ocultar ou reprimir a diversidade étnica. Pelo contrário, nas relações com o mundo exterior exageram com frequência as diferenças etnoculturais, fazendo com que o antagonismo assim criado contribua para promover uma unidade nacional e obstaculize a importância de possíveis contrastes étnicos internos. Em todos os casos, o Estado tende sempre a transformar a etnicidade e afigura-se ser com este princípio presente que as ciências sociais devem tratar o tema da comunicação entre etnicidades, nações e estados.

9. Voltando a visitar a noção de etnicidade, parece comprovar-se que é muito difícil oferecer definições generalizadoras porque o conceito é em si mesmo largamente de extracção ideológica e de consumo político mais do que de rigorosa construção conceitual científica. Mais ainda, em termos sociais comuns, nomeadamente através

⁹ BAUD, Michael, KOONING, Kees, OOSTINDIE, Gert, OUWENEEL, Arij e SILVA, Patricio, *Etnicidad como Estrategia en America Latina y El Caribe*, Quito, Ed. Abya - Yala, 1996, pp. 74-81

dos meios de comunicação social, passa-se mesmo a ideia de que a etnicidade é alguma coisa de natural que se voltou a «descobrir» nos últimos anos. A etnicidade não é uma característica histórica ou social fixa, interpreta-se em diferentes contextos e apresenta-se sob formas distintas. Muito frequentemente, as definições apenas se aplicam a casos específicos e perdem força quando procuram investigar outras regiões e espaços sociais ou diferentes períodos históricos. A própria aparência física das pessoas, por exemplo, representa um critério tudo menos claro: aquele que em Portugal é considerado um mulato pode ser um branco em algumas regiões de Angola, um topázio em Timor ou um negro na Suécia. Relativizar o carácter natural e original da noção de etnicidade é tão fundamental como retirar-lhe a preconceituação política e ideológica que constantemente reconstrói e mobiliza precisamente essas ideias essencialistas e naturais. A «eticidade original» inspira-se, entre outras coisas, em imagens difundidas pelos meios de comunicação, em visões políticas e em contribuições pseudo-académicas, notando-se em quase todos estes casos, que a fantasia é muito mais do que evidente. Como no caso desses antepassados dos italo-americanos que, actualmente, percorrem cidades como Nova Iorque com t-shirts que dizem «Kiss me, I'm Italian», e que se consideram não italianos, mas, por esta sucessão hierárquica, sicilianos, calabreses ou napolitanos.

A etnicidade pode constituir uma estratégia. Quer dizer, representar o produto de uma eleição consciente de grupos de pessoas para alcançar certos objectivos sociais. Sem negar completamente o seu envasamento tradicional, somático, linguístico, etnocultural, parece preferível não apenas pluralizar a noção, mas passar a investigá-la no campo das estratégias sociais, culturais e simbólicas que afirmam agrupamentos sociais com as suas especializações, da cultura material aos festivais religiosos, dos poderes aos sistemas de valores... O que obriga a privilegiar o estudo de casos. E, assim, o rigor...